

RESOLUÇÃO Nº 07/2008, DE 14 DE OUTUBRO DE 2008

Regulamenta a oferta do Mestrado Profissional na UFMG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando os estudos realizados pela Câmara de Pós-Graduação, resolve:

Art. 1º A Universidade Federal de Minas Gerais oferecerá, no domínio *stricto*, cursos de Mestrado em duas modalidades: Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional.

Parágrafo único. Os cursos de Mestrado Acadêmico encontram-se regulamentados pela Resolução Complementar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE nº 01/97, de 21/08/1997, que estabelece as Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG.

Art. 2º Os projetos de cursos de Mestrado Profissional deverão, obrigatoriamente, se revestir das seguintes características:

I - comprovar contribuição inovadora para o desenvolvimento de atividades profissionais;

II - atender aos critérios especificados na Resolução Complementar nº 01/97, do CEPE;

III - estar sob a responsabilidade de Programa de Pós-Graduação avaliado pela CAPES com, no mínimo, conceito 4, ou constituir-se como um Curso de Pós-Graduação com identidade própria;

IV - prever o tempo máximo de integralização curricular de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º A admissão aos cursos de Mestrado Profissional será feita com base em editais de seleção, em que são vedadas cláusulas que excluam a participação de interessados sem vínculos com órgãos ou parceiros proponentes do projeto de curso específico.

Parágrafo único. O número de vagas previstas nesses editais deverá ser proposto pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação correspondente ou pelo Programa ao qual se vincula, e aprovado pela Câmara de Pós-Graduação – calculada conforme critério especificado no item 5.5 das Normas Gerais de Pós-Graduação.

Art. 4º Os alunos do Mestrado Profissional, para a obtenção do respectivo grau acadêmico, deverão desenvolver trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor indicado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação responsável pelo curso, e defendê-lo perante banca examinadora, conforme previsto no item 10.2 das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG.

§ 1º O corpo docente permanente do Mestrado Profissional será constituído por, no mínimo, 40% de docentes que já participem de Programa Acadêmico de Pós-Graduação, seja sediado na própria Unidade que abrigará o Mestrado Profissional, ou em outra Unidade acadêmica da UFMG.

§ 2º A participação de professores orientadores não vinculados ao curso, definidos conforme o item 5.2.6 das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG, será aceita até o limite de 30% (trinta por cento) do total de docentes efetivamente em atividade no curso ou programa.

Art. 5º Os cursos de Mestrado Profissional poderão ser financiados por meio de parcerias com órgãos públicos ou privados, mediante convênios firmados conforme as normas determinadas na Resolução do Conselho Universitário nº 10/95, de 30/11/1995, que estabelece os critérios para a prestação de serviços no âmbito da UFMG.

§ 1º Será vedada a cobrança de mensalidade ou anuidade nos cursos de Mestrado Profissional, conforme determina o § 2º do art. 5º do Estatuto da UFMG.

§ 2º Os recursos financeiros oriundos dos convênios mencionados no *caput* deste artigo serão gerenciados pelo Colegiado do Curso ou Programa de Pós-Graduação responsável pelo curso de Mestrado Profissional objeto de cada um desses convênios.

§ 3º Será vedada a remuneração adicional ao professor do curso em decorrência de atividade letiva ou atividade de orientação.

§ 4º No caso de curso de Mestrado Profissional não ser vinculado a um Programa de Pós-Graduação pré-existente, do total dos recursos financeiros oriundos dos convênios mencionados no *caput* deste artigo, descontadas as taxas já previstas na Resolução nº 10/95, do Conselho Universitário, incidirá uma taxa adicional de 10%, que será destinada, proporcionalmente, aos programas de pós-graduação acadêmicos aos quais se vinculam professores participantes do novo curso de Mestrado Profissional.

Art. 6º O Mestrado Profissional funcionará na UFMG, em caráter experimental, por um período de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de aprovação da presente Resolução, devendo ser, após esse período reavaliado pelo CEPE.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 02/2005, de 24/02/2005.

Art. 8º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professor Ronaldo Tadêu Pena
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão